

## **Mediação e sociabilidades intelectuais: uma análise da constituição e da atuação do Instituto de Estudos Brasileiros (1937-1944)<sup>1</sup>**

Vanessa Costa de Macedo  
Luciano Mendes de Faria Filho

*Por que essas revistas e esses grupos, após terem ditado as regras num domínio estreito, conseguiram um dia impor sua lei à República das Letras?<sup>2</sup>*

Em abril de 1938, foi criado, na capital federal, por João Augusto de Matos Pimenta, o Instituto de Estudos Brasileiros, que manteve atividades regulares pelo menos até 1944. Esse instituto, além de publicar uma revista, chamada *Estudos Brasileiros*, desenvolveu uma intensa atividade de organização de debates, seminários e trocas sobre o que seus praticantes diagnosticavam como os grandes problemas brasileiros, buscando também, indicar soluções técnicas e/ou políticas para os mesmos. Duas décadas depois, em 1960, em São Paulo, mais especificamente na USP, foi criado um outro Instituto de Estudos Brasileiros, por Sérgio Buarque de Holanda, com o propósito de estudar os grandes desafios postos pela modernização brasileira. No

---

<sup>1</sup> Texto apresentado por ocasião do IV Encontro Interinstitucional: Programa Moderno, Modernidade, Modernização: a educação nos projetos de Brasil, séculos XIX e XX, em Belo Horizonte nos dias 04 a 06 de novembro de 2015 em que foi debatido e avaliado e que comporá o quarto volume da publicação: Moderno, Modernidade, Modernização: a educação nos projetos de Brasil, séculos XIX e XX, a ser lançado em 2016.

<sup>2</sup> SIRINELLI, 1996. p. 258.

entanto, apesar da homonímia e da aproximação quanto aos propósitos, pouca coisa parece aproximar as duas instituições no cenário intelectual e acadêmico brasileiro.

Enquanto a história e atuação do IEB da USP são largamente conhecidas e reconhecidas, o IEB carioca é praticamente desconhecido, não havendo nenhuma pesquisa sobre o instituto.<sup>3</sup> Temos nos perguntado quais as razões para este apagamento da memória e da experiência desenvolvida no Rio de Janeiro e sabemos que não podemos desprezar o peso da liderança intelectual e acadêmica de Sérgio Buarque de Holanda ou da intensa atividade intelectual que exerce e guarda, ainda hoje, o instituto uspiano. Por esta razão a homonímia não deve ser desconsiderada, entretanto sob este aspecto entendemos que *estudos brasileiros* é uma etiqueta da época usada para reunir um conjunto de atividades que marcam a intensificação das publicações sobre as razões do atraso da nação em um contexto já em curso desde a década de 1920 preocupado em explicar a inadequação de modelos internacionais como o liberalismo e em compreender a nação.

É justamente em função desse contexto mais amplo – nacional e internacional –, é que fica claro a indissociabilidade entre as contingências que marcam as décadas de 1920/30 e o verdadeiro boom do mercado de livros, marcado pelo que se convencionou chamar de estudos brasileiros. Tais estudos abarcavam um amplo e diversificado conjunto de reflexões, sendo por isso fundamental entender seu lugar estratégico como instrumento de ação política dos intelectuais do pós-30 e suas fronteiras disciplinares fluidas e abrangentes. Nesse momento, podemos verificar que eles abraçavam áreas como: literatura, história, geografia, etnografia, sociologia, biologia, direito, arte, educação, folclore, música e teatro, por exemplo. Como a designação indica, os estudos brasileiros buscavam conhecer as “raízes” do processo de formação histórica do país, para que se pudesse melhor orientar o traçado de diretrizes políticas, que permitissem ultrapassar nossos “males”, considerados ancestrais, coloniais. Isso porque as metas de modernização do país só seriam alcançadas se afinadas à “realidade brasileira”. Estava definitivamente encerrado o tempo das cópias de “fórmulas

---

<sup>3</sup> Nenhuma referência encontrada na comunidade científica, como congressos e revistas da área de história ou de história da educação, assim como na busca nos congressos e revistas da área de História do Brasil e História da Educação. Na tese de livre docência de Luciano Mendes de Faria Filho é mencionada ao falar sobre a atuação de Luiz Camilo de Oliveira Neto que atua no IEB entre 1940 até 1944.

estrangeiras”, fossem elas quais fossem, pois sempre seriam inadequadas, irrealizáveis etc.<sup>4</sup>

Não podemos desconsiderar que os dois institutos fazem parte de projeto políticos e intelectuais distintos, não apenas por aqueles que se mobilizaram para efetivá-los, mas, sobretudo, pelas condições de realização do trabalho intelectual nas quais estavam imersos e pelos horizontes de expectativas que seus realizadores cultivaram. Enquanto o IEB carioca esteve cronologicamente acertado com o Estado Novo, num ambiente marcado pelo fortalecimento da atuação do Estado em todas as dimensões da vida social e por alterações profundas nas instituições e padrões de formação e sociabilidades intelectuais, o início dos anos de 1960 representa justamente o momento grande efervescência política e cultural da sociedade civil e de institucionalização de novos padrões de formação dos quadros intelectuais, padrões estes que levarão a uma crescente profissionalização da atividade acadêmica e da produção intelectual, sobretudo dentro do modelo de pós-graduação que será implantado e fortalecido durante os governos.<sup>5</sup>

Se, por um lado, a referência ao IEB-USP ajuda a chamar a atenção para práticas de memória a que estão sujeitas as instituições e para algumas das razões de sua consagração ou não no meio intelectual brasileiro, por outro, é preciso dizer que não interessa, neste texto, realizar um trabalho comparativo entre as duas instituições. Nosso interesse está voltado para o entendimento do lugar ocupado pelo IEB carioca no cenário intelectual, político e editorial da capital federal durante o período de sua atuação e, quais os projetos de Brasil elaborados e defendidos por aqueles que participaram de suas atividades.

\*\*\*

Este texto se insere num esforço de pesquisa mais amplo que tem como objetivo explicitar e analisar a atuação de intelectuais brasileiros vinculados a projetos

---

<sup>4</sup> GOMES, 2014, p. 11.

<sup>5</sup> CARVALHO, 2007.

políticos em disputa nas décadas de 1930 e 1940, especialmente no Rio de Janeiro.<sup>6</sup> Sabemos que nestes projetos a educação figurava como tema central tanto na elaboração de diagnósticos sobre o Brasil, quanto na articulação de estratégias de intervenção no espaço público. Neste sentido, buscamos compreender, mais especificamente, como a educação é mobilizada e quais os sentidos lhe são atribuídos nestes espaços de/e em disputa.

Nosso interesse investigativo busca diálogo com trabalhos<sup>7</sup> que recompõem a ambiência política e cultural em que estes sujeitos atuaram e em como esta ambiência esteve configurada por dinâmicas de articulação dos grupos intelectuais atuantes na capital da república e no país durante a ditadura civil de Getúlio Vargas (1937-1945). Os espaços de atuação institucionais, assim como estes intelectuais configuraram espaços de sociabilidade que permitiram, por sua vez, o estabelecimento de um campo de atuação e de intervenção no político, como pedagogos da nação.

---

<sup>6</sup> Desenvolvido em nível de doutoramento, este projeto de pesquisa tem como objetivo compreender o lugar de atuação do Instituto de Estudos Brasileiros entre as décadas de 1930 a 1940 no Rio de Janeiro e no Brasil, especificando seu lugar em sua contribuição à constituição do espaço público brasileiro a partir do debate que promove por meio de conferências publicadas em sua revista. Buscamos alcançar este objetivo com a pesquisa histórica dos sujeitos sociais, aqui entendidos como intelectuais e vinculados às atividades do instituto, em suas relações que constituem redes de sociabilidades, assim como nas trajetórias e nos projetos políticos vinculados. Com isto nos aproximamos do IEB como sujeito social coletivo em suas ações de estabelecimento do debate educacional através da realização de conferências e de produção de uma revista. Este trabalho faz parte de um investimento coletivo – MMM Projeto Moderno, Modernização e Modernidade: a educação nos projetos de Brasil séc. XIX e XX, que reúne objetos de investigação que se organizam em torno do interesse em problematizar processos históricos de gestação de projetos de Brasil, elaborados pela intelectualidade brasileira no período compreendido entre 1820 e 1970. Interessamos sistematizar e interrogar conceitos, argumentos e intencionalidades presentes em discursos e ações que atribuíram à educação escolar o lugar de instância mediadora dos processos de construção da cultura nacional e racionalização de manifestações culturais diversificadas. Pretendemos por intermédio da pesquisa fazer avançar a elaboração de uma teoria sobre o lugar da intelectualidade brasileira na construção da esfera pública e produzir entendimentos sobre as noções de moderno, modernidade e modernização, presentes nesses projetos.

<sup>7</sup> BOMENY, Helena. Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Univ. São Francisco: Ed. FGV, 2001; GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro/Bragança Paulista: FGV/EUSE, 2000; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Essa Gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999; MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000; SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 231-170.

Mobilizada por nós, a noção de sociabilidade intelectual indica não apenas uma intenção de conagração e reunião de intelectuais, mas também um engajamento interessado na realização de um determinado projeto político cultural e, por isso, educativo. Tomamos de empréstimo as elaborações de Ângela Castro Gomes para quem as abordagens das sociabilidades procuram “captar a ambiência sócio-político-cultural da cidade, para então mapear a dinâmica de articulação de seus vários grupos intelectuais reunidos em lugares de sociabilidade por eles legitimados, para o debate e a propagação de ideias, indissociáveis de formas de intervenção na sociedade”<sup>8</sup>.

Ainda segundo a autora, o estudioso das sociabilidades “concentra sua atenção na lógica de constituição de seus grupos, postulando interdependência entre formação de redes organizacionais e os tipos de sensibilidades aí desenvolvidos”.

Esta abordagem seria segura e profícua para o historiador, por permitir uma aproximação das obras dos intelectuais, através do privilegiamento das condições sociais em que foram produzidas, enquanto constitutivas de um certo campo político-cultural. Sendo mais precisa [...] [trata-se] do reconhecimento da existência de um campo intelectual com vinculações amplas, porém com uma autonomia relativa que precisa ser reconhecida e conhecida. Isto poderia ser alcançado com uma investigação que acompanhasse as trajetórias de indivíduos e grupos; que caracterizasse seus esforços de reunião e de demarcação de identidades em determinados momentos; e que associasse tais eventos às características estéticas e políticas de seus projetos.<sup>9</sup>

Do mesmo modo, e por isso mesmo, no programa de pesquisa dessa historiadora, ganha relevo o estudo dos *lugares de sociabilidade*, entendidos estes como periódicos, correspondências, casas editoras, cafés, livrarias e associações culturais, ou seja, a diversidade dos lugares “onde os intelectuais se organizam, mais ou menos formalmente, para construir e divulgar propostas”.<sup>10</sup> Já a noção de *repertórios culturais*, aqui também mobilizada, não se prendem exclusivamente a uma filosofia específica,

---

<sup>8</sup> GOMES, 1999, p. 10.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>10</sup> *Idem*, p. 11

tampouco ganham forma como resultado de propaganda política. Eles emergem em processos históricos específicos e estão imbricados ao campo cultural de uma época. Para Ann Swindler, eles funcionam como “caixa de ferramentas”, às quais recorrem os agentes sociais, selecionando recursos conforme suas necessidades de compreender certas situações e definir linhas de ação. Trata-se, portanto, de um complexo de hábitos, habilidades e estilos, de visões de mundo, formas de pensar e formas de agir empregados pelas pessoas em diferentes configurações para definir e construir linhas de ação.<sup>11</sup> Partindo das formulações de Charles Tilly e Ann Swindler, Ângela Alonso adverte que os repertórios são compostos por padrões analíticos, por noções, argumentos, conceitos, teorias, esquemas explicativos, formas estilísticas, figuras de linguagem e metáforas, não importando a consistência teórica entre seus elementos. “Seu arranjo é histórico e prático”.<sup>12</sup>

Para isto, utilizamos os documentos institucionais do Instituto encontrados em arquivos, em especial o folheto que apresenta a Ata de fundação. Analisamos também a revista *Estudos Brasileiros*, publicada pelo IEB, da qual foram encontrados 36 números publicados entre 1938 e 1944.<sup>13</sup> O trabalho inicial com estas fontes nos permitiu apresentar o IEB em suas linhas de atuação, funcionamento, circulação e debate, a partir do tratamento esquemático de sua composição assim como no produto de sua atuação que é a revista. Neste sentido, este texto busca apresentar e definir o que é o IEB ao demarcar sua finalidade em um contexto específico, o tratamento com as fontes, assim como as hipóteses que marcam este estudo.

## O IEB E SEUS DIAGNÓSTICOS E SOLUÇÕES DOS PROBLEMAS BRASILEIROS

O Instituto de Estudos Brasileiros – IEB – congregou, entre 1938 e 1944, cerca de 300 pessoas de diversas localidades brasileiras, notadamente da capital federal, por meio da realização de conferências e sua posterior publicação. Segundo a ata de

<sup>11</sup> SWINDLER, 1989, p. 273.

<sup>12</sup> ALONSO, 2002, p. 39.

<sup>13</sup> A coleção que utilizamos foi adquirida pelo Centro de Pesquisa, Memória e Documentação da Faculdade de Educação da UFMG junto a uma livraria (sebo) de Salvador (BA) e é, aparentemente, a única coleção completa da revista existente no país. A Coleção está sob a guarda do Centro e pode ser consultada em suas dependências.

fundação, o IEB tem como objetivo o conhecimento do Brasil e a solução dos seus problemas, e, para isto, busca congrega a *elite cultural* do país estimulando ideias e o debate das questões de interesse nacional.

O Instituto de Estudos Brasileiros será uma organização apolítica, não oficial, visando o maior conhecimento do Brasil e a melhor solução de seus problemas. Para isso congregará a elite cultural do país, encorajando e desenvolvendo o intercambio de ideias, estimulando o debate das questões de alto interesse nacional, tudo dentro de uma justa liberdade de pensamento e um sadio espirito construtivo. Não se especializará nem no estudo de problemas puramente especulativos, nem essencialmente técnicos; manter-se-á no plano das ideias, dos ensaios e das sugestões, abrangendo todos os sectores da atividade e todos os campos do conhecimento no que se distinguirá das organizações especializadas ou particularistas já existentes. Evitará a apreciação unilateral dos objetos de seus estudos, focalizando-os em todos os seus contornos, observando-os de todos os pontos de vista, um higienista, um economista etc. Graças a essa universalidade de visão, e a esse concurso de forças construtoras, o problema será considerado em todos as suas faces, caminhos serão abertos a soluções mais adequadas, maior, enfim, será o rendimento da inteligência brasileira pelo aproveitamento sinérgico dos seus melhores elementos.<sup>14</sup>

O IEB apresenta como objetivo o conhecimento do Brasil e a solução dos seus problemas, e para isto busca congrega a *elite cultural* do país estimulando ideias e o debate das questões de interesse nacional. Aos homens de pensamento e de cultura, é dada a missão de pensar sobre a nação, de compreendê-la, de propor soluções e, para isto, o IEB se coloca como um espaço de exercício do pensamento onde a reunião destes homens possa gerar um *espírito construtivo* para a nação. Entretanto, este não é o espaço da ação que cabe ao Estado, e sim o espaço do debate “das ideias, dos ensaios e das sugestões, não tanto no plano especulativo”, mas também não prático nem especializado.

Em um momento de conflagração política, de grande fortalecimento das estruturas de Estado e de cooptação da intelectualidade, os fundadores da nova insti-

<sup>14</sup> Ata de fundação documentos informações, Gráfica Mendes Júnior, 1938.

tuição reforçaram o seu caráter *apolítico e não oficial*. Ao pretenderem atuar como uma espécie de *tribuna livre*, no sentido de ocupar um espaço importante do exercício intelectual, o IEB cria condições para a congregação das várias matrizes da elite intelectual e cultural do país e para se constituir num espaço privilegiado de convergência dessa intelectualidade em torno da missão de solucionar os problemas da nação. Em seu estatuto, reconhece-se que o benefício do debate se dá no plano *das ideias, dos ensaios e das sugestões*, o que evidencia um esforço de inserção no ambiente e no debate intelectual da época a partir da tradição dos institutos e academias que, desde o século XIX, dinamizam a vida intelectual e, do mesmo modo, mobiliza repertórios – conferências e revista, por exemplo – usual no período.

Os fundadores do IEB buscaram marcar a diferença em relação a outras iniciativas em curso, em especial as universidades de formação superior e a tendência da especialização do conhecimento com a criação da Universidade de São Paulo – USP (1934) –, da Universidade do Distrito Federal – UDF (1935) – e da Universidade do Brasil – UB (1937). A iniciativa que configura o IEB se insere num contexto de exercício intelectual que toma novo fôlego, a partir da década de 1930, com o fortalecimento das estratégias editoriais e com a crescente indústria do livro no Brasil. As universidades estavam em um processo de expansão e especialização caminhando para se tornarem o espaço privilegiado de produção do conhecimento nas décadas que se seguiram, mas a existência de institutos como o IHGB, a Academia Brasileira de Letras, das casas editoriais – José Olympio, Irmãos Pongetti –, assim como das associações, configuraram um amplo espaço de exercício intelectual muitas vezes com subsídio do próprio estado onde estes homens de letras empreenderam uma verdadeira missão de *pedagogos da nacionalidade*.<sup>15</sup>

Para que os objetivos do instituto fossem alcançados, foi necessário considerar os temas e os problemas do Brasil em todas as suas faces e de variados pontos de vista para que pudessem chegar a soluções mais adequadas. O IEB, assim, revestiu-se de imparcialidade ao congregar a elite cultural e ao apreciar os temas em sua completude, com isto intencionou funcionar como um *sujeito coletivo imparcial* capaz de chegar às soluções dos problemas e do atraso do país. O benefício do debate é da in-

---

<sup>15</sup> GOMES, 2014, p.12.



teligência brasileira e da elite cultural, que não apenas compreenderá melhor o país, mas sobre seus problemas apontará soluções que beneficiariam toda a nação.

Estes problemas são aqui entendidos em duas faces: primeiro, são da ordem do conhecimento do Brasil, ou seja, do pensamento social, histórico e político brasileiro; segundo, são problemas da ordem das políticas estatais, ou seja, sobre a estrutura de estado e suas ações. Ainda que o IEB coloque para si um espaço que é diferente da ação do governo, assim como é diferente da produção de conhecimento especializado, ele parece elaborar para si um lugar de transição entre esses dois mundos. Ao propor soluções, traz para si a missão de guiar as ações do Estado indicando os melhores caminhos para a resolução dos problemas da nação. E, noutra direção, ao mobilizar os especialistas em áreas do conhecimento, muitos deles professores das universidades recém-criadas no país, reforça a importância das ciências e dos saberes especializados na produção de diagnósticos e soluções para o Brasil.

Além da realização de conferências, o IEB também editou uma revista *Estudos Brasileiros* destinada à publicação das conferências e dos debates que se seguiam a estas, e de críticas literárias. Inicialmente tem-se o interesse de publicar seis exemplares ao ano. Entretanto, esta frequência de publicação se verifica apenas nos dois primeiros anos de publicação, ou seja, entre julho de 1938 a julho de 1940. A partir daí, verifica-se a perda da regularidade, que apenas retorna timidamente entre janeiro e julho de 1942, possivelmente devido à mudança de editor.<sup>16</sup> O Quadro 1 apresenta a distribuição dos volumes e dos números da revista ao longo seu ciclo de vida:

---

<sup>16</sup> Entra como editor-chefe Luiz Camilo de Oliveira Neto e sai Cláudio Ganns.

ESTUDOS BRASILEIROS	ANO	VOLUME	NÚMERO	PERÍODO	
Ano I	1938	Volume 1	n° 01	Jul - Ago	
			n° 02	Set - Out	
			n° 03	Nov - Dez	
		Volume 2	n° 04	Jan - Fev	
			n° 05	Mar - Abr	
			n° 06	Mai - Jun	
Ano II	1939	Volume 3	n° 07	Jul - Ago	
			n° 08	Set - Out	
			n° 09	Nov - Dez	
		Volume 4	n° 10	Jan - Fev	
			n° 11	Mar - Abr	
			n° 12	Mai - Jun	
Ano III	1940	Volume 5	n° 13 e 14	Jul - Ago - Set - Out	
			n° 15	Nov - Dez	
		Volume 6	n° 16 e 17	Jan - Fev - Mar - Abr	
			n° 18	Mai - Jun	
			Volume 7	n° 19, 20 e 21	Jul - Ago - Set - Out - Nov - Dez
				Volume 8	n° 22
n° 23	Mar - Abr				
n° 24	Mai - Jun				
Ano IV	1941	Volume 9	n° 25, 26 e 27	Jul - Ago - Set - Out - Nov - Dez	
			n° 28	Jan - Fev	
		Volume 10	n° 29 e 30	Mar - Abr - Mai - Jun	
			Volume 11	n° 31, 32 e 33	Jul - Ago - Set - Out - Nov - Dez
				Volume 12	n° 34, 35 e 36
			Volume 13		n° 37, 38 e 39
Ano VI	1943	Volume 12		n° 34, 35 e 36	Jan - Fev - Mar - Abr - Mai - Jun
			Volume 13	n° 37, 38 e 39	Jul - Ago - Set - Out - Nov - Dez
Ano VII	1944	Volume 13		n° 37, 38 e 39	Jul - Ago - Set - Out - Nov - Dez

Quadro 1: Quadro geral de publicação

Do ponto de vista de sua materialidade e forma, a revista tem o formato de 12cm x 22cm e não traz em suas páginas nenhum anúncio ou propaganda. Suas seções são: capa, contracapa, folha de rosto, sumário, conferências, debates e notícias sobre os conferencistas. Nos “capítulos”, temos tanto o texto da conferência quanto os debates e, após esta seção, encontramos a revista de livros ou crítica de livros. A menção à gráfica da revista é mínima e quase imperceptível, constando apenas como 4768 – C. Mendes Júnior – Rio.<sup>17</sup> Em relação à circulação da revista, seu estatuto menciona que sua distribuição é gratuita para seus membros, ou seja, o Conselho Diretor e os Delegados Regionais, além do Fundador e mantenedores do Instituto, que pagarem contribuição. Menciona também que sua venda avulsa pode ser realizada em sua sede e que a assinatura da revista é uma das formas de financiamento do Instituto, entretanto, seu público-alvo é constituído daqueles que se “beneficiarão

<sup>17</sup> Funcionou no Rio de Janeiro, na Rua Riachuelo n° 192. O levantamento realizado na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional apresentam 36 diferentes tipos de publicação entre livros e periódicos. Publica também documentos oficiais especialmente do Ministério das Relações Exteriores entre 1940 e 1945.

do espírito construtivo”, ou seja, a elite cultural. Em relação a sua circulação, deve-se considerar, em primeiro lugar, que não é uma revista de fácil acesso em espaços de guarda e entre outros espaços públicos. Este aspecto material da revista, em relação a sua pouca ou nenhuma perenidade nos espaços de guarda nos indica uma possível tiragem ínfima direcionada a poucos de seus membros, mantenedores e assinantes. Em segundo lugar, deve-se dimensionar o aspecto material do periódico, ou seja, pelo formato de livro e pela ausência de propaganda. Essas dimensões do impresso dão conta do alcance do empreendimento, ao menos em termos de proposição. Se por um lado era necessário estabelecer contato com intelectuais por todo o país, por outro lado a circulação de sua revista teria como público os próprios intelectuais objetivando alongar o debate realizado no IEB pelo Brasil.

Ainda em relação ao periódico e aos textos das conferências, encontramos uma profusão de tipos e modelos de textos. Muitos deles apresentam referências bibliográficas, citações, outros se assemelham a ensaios. Muitos, ao longo do tempo, não são objeto de debate algum, o que supõe como texto recebido para publicação. Como, em sua maior parte, os textos da revista são as conferências e seus debates, é possível perceber as marcas da oralidade de uma palestra, assim como marcação do escrito, o que indicia que o conferencista já o elaborou e distribuiu com antecedência. Por outro lado, o debate que segue a conferência apresenta um forte teor da oralidade, com críticas, pausas, risos e discussão. Tais marcações necessitaram do trabalho de registro o que indicia a existência de um profissional acompanhando as conferências e, ao mesmo tempo, reforça a importância da dinâmica *conferência-debate* na revista, bem como dos debatedores e convidados no projeto do instituto. Por outro lado, a ideia de que a presença na condição de debatedor só se faz possível apenas por convite, por participação como membro ou como mantenedor, demonstra que o debate não estava aberto a todos.

A existência desta dinâmica de atuação supõe a existência de outra dinâmica no instituto que aponta para sua organização e logística. Nela colaboram o Secretário Executivo, além de Conselhos Editorial e Diretor permanentes e atuantes, bem como dos Delegados Regionais distribuídos pelo país.<sup>18</sup> O IEB significou, assim, um duplo

---

<sup>18</sup> É curioso também notar a existência de uma função específica dentro do Conselho Diretor denominada de Ligação Intelectual, que inicialmente é ocupada pelo Comandante Eugênio de Castro que, logo após o primeiro semestre de atividades, é substituído por Leonidio Ribeiro. É um lugar de posicionamento estratégico

espaço de sociabilidade: aquele demarcado pelo exercício de funções em sua estrutura organizacional e no trabalho interno ao instituto; e na realização dos debates. Este traço de atuação do IEB caracteriza a especificidade de sua constituição como lugar de sociabilidade intelectual, que por sua vez, guarda relação com o modo como a intelectualidade se insere nos debates do período através de espaços de sociabilidade como os institutos e as associações.

\*\*\*

A questão que se segue diz respeito ao reordenamento do campo intelectual e ao IEB, que buscou acompanhar a tendência do academicismo crescente. Ao corroborar com isso, apresentou uma diferença significativa nos quadros que compõem o instituto e os debates. A hipótese aqui se centra em reconhecer que esta ambivalência do sujeito coletivo – IEB –, um, imparcial e mediador, o outro, especialista/debatedor/colaborador, revela um contínuo exercício intelectual presente nas décadas de 1920 e 1930 – de onde parte dos colaboradores do IEB foram atuantes. Por meio do IEB que seus membros criaram possibilidades de mobilizar sujeitos, grupos, temas, recorrendo às redes estabelecidas e adaptando-se a novos modelos, protocolos de atuação e léxico científico.

Compreender o tipo de inserção do IEB na sociabilidade intelectual carioca e brasileira nos remete à compreensão da sua constituição em lugar de sociabilidade. Em uma escala maior está o modo como esta intelectualidade, atuante na capital da república, se insere nos debates do período e define um campo de atuação e, em uma escala menor, a forma como o sujeito coletivo IEB exerce mediação de temas e pessoas engajando uma disputa do campo intelectual e político em que se movimenta. Aqui fazemos uso de um duplo entendimento, de que o IEB constitui e é constituído por esta sociabilidade, e que sua atuação na mediação dos sujeitos, se realiza a partir do uso das formas de inscrição social destes intelectuais no contexto de atuação da intelectualidade em especial no Rio de Janeiro.

---

na atuação do IEB e permite uma maior possibilidade de ação na mobilização da elite cultural, ou intelectual, a que se dirigia o instituto.

Para isto é necessário compreender que o IEB está cronologicamente localizado em um período de acirramento de posições políticas e, especificamente no Rio de Janeiro, veremos o fortalecimento do aparelho de estado e a entrada de muitos destes intelectuais em cargos do funcionalismo público, além da criação do Ministério da Educação e Saúde, estrategicamente comandado por Gustavo Capanema, do já existente e atuante Ministério das Relações Exteriores e do recente Departamento de Imprensa e Propaganda o DIP, além da tentativa de criação e fechamento da Universidade do Distrito Federal e da criação da Universidade do Brasil. Este período, diferentemente dos anos 1910 e 1920, assiste ao fortalecimento do Estado, do autoritarismo e do catolicismo no debate público em um clima de luta e radicalização política, onde a disputa no campo de atuação intelectual diz respeito a disputas de projetos para a nação.

O acirramento do debate, a radicalização de posições políticas, a entrada considerável de intelectuais no funcionalismo público, a ampliação do aparelho de Estado, o debate autoritário e católico, modificam o quadro de atuação destes sujeitos não apenas no estabelecimento de ligações e na montagem de redes de sociabilidade, mas no reordenamento do campo de atuação destes intelectuais. Sergio Miceli (2001) chama de racionalização burocrática, o modo como a procedência social se mescla às novas necessidades décadas de 1930 e 1940 configurando um novo tipo de ordenamento com o auxílio da intelectualidade proveniente das classes dirigentes em decadência.

No que diz respeito às relações entre intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma intelligentsia e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico<sup>19</sup>.

E, mais adiante,

cumprir admitir que o novo estágio da divisão do trabalho administrativo acabou suscitando mudanças de peso nas relações entre os intelectuais e a classe

---

<sup>19</sup> MICELI, 2001, p. 198.

dominante. [...] os intelectuais do regime Vargas estavam muito mais vinculados aos figurões das elites burocráticas do que aos dirigentes partidários ou as facções políticas de seus respectivos estados [...] se empenhavam com garra em ampliar, reforçar e gerir as “panelas” burocráticas de que faziam parte e só se sentiam credores de lealdade em relação ao poder central. Dessa maneira, os intelectuais contribuíam decisivamente para tornar a elite burocrática uma força social e política que dispunha de certa autonomia em face tanto dos interesses econômicos regionais como dos dirigentes políticos estaduais.<sup>20</sup>

A noção de racionalização burocrática presente em Sergio Miceli diz respeito não só a essa entrada de intelectuais no aparelho de Estado, mas em como o governo de Vargas estabelece uma lógica de intervenção nos setores de produção e difusão cultural, fazendo da cultura um negócio oficial com funcionamento burocratizado. Ou seja, diferentemente das décadas anteriores, em 1910 e 1920, onde estes intelectuais estavam organizados em torno de casas editoriais, cafés, livrarias e compunham grupos de atuação mais ou menos institucionalizados, nas décadas seguintes ocorre a ampliação do estado com a criação de órgãos como o próprio DIP e a Secretaria do Patrimônio Nacional, entre outros, para absolver grande parte daqueles que empreenderam projetos e em torno deles obtiveram algum sucesso.

É isso que aponta Ângela de Castro Gomes no livro *Essa gente do Rio* ao tratar do encerramento da publicação do periódico *Festa* comandado por Tasso da Silveira e Andrade Muricy que adentram respectivamente na Universidade do Brasil e na Universidade do Distrito Federal, “desta forma, Muricy e Tasso estariam integrados no que se constitui como o mais significativo espaço de sociabilidade intelectual do país, nos anos 30: a universidade”<sup>21</sup>

## O IEB EM SUA ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO: A MEDIAÇÃO

O IEB congregou indivíduos de diferentes grupos no debate sobre diferentes temas, com o objetivo de que esta atuação coletiva caracterizasse um esforço capaz de indicar a intelectualidade quais as melhores formas de resolver os problemas do país.

---

<sup>20</sup> *Idem.*

<sup>21</sup> GOMES, 1999, p. 76.

Com isto, foi necessário uma longa análise da documentação e da revista, diferenciar as formas de participação dos sujeitos, ou seja, as entradas que estes indivíduos realizavam no instituto. Esta normatização da atuação está organizada no Estatuto em que a própria direção do IEB se encarregou de formatar, e caracterizava a mobilização dos intelectuais pelo tema escolhido e então a escolha de seu conferencista/especialista, caracterizando o debate pelo reconhecimento de diferentes intelectuais relacionados ao tema de interesse do IEB.

A dinâmica que se estabeleceu esteve centralizada na atuação da diretoria do IEB que foi composta por seu fundador o médico Mattos Pimenta, o funcionário público Mário de Brito, o Comandante Eugenio de Castro substituído logo depois pelo médico legista Leonidio Ribeiro, o editor Cláudio Ganns substituído, em 1942, por Luiz Camilo de Oliveira Neto e Cypriano Amoroso Costa. Todos atuantes no setor comercial do Rio de Janeiro em especial no setor imobiliário.<sup>22</sup> Além do Conselho Diretor, os Delegados Regionais<sup>23</sup> estiveram junto com estes, responsáveis pela escolha dos conferencistas e seus debatedores sendo eles: Carlos Estevam de Oliveira, Ulysses Pernambucano de Mello, Braz do Amaral, Lúcio dos Santos substituído logo no primeiro ano por F. Magalhães Gomes, Fernando Azevedo, Ary de Abreu e Lima.

Por outro lado, um conjunto de membros do instituto reunidos como Conselho Editorial, teve participação mais significativa. Entre eles estão Affonso Arinos jurista mineiro, Álvaro Alberto da Mota e Silva químico atuante na Marinha, Aníbal Machado, Castro Barreto médico e membro da Sociedade Médica Cirúrgica, Comandante Eugenio de Castro, Firmo Dutra, Helio Vianna mineiro que participou da Ação Integralista e professor de História com intensa participação em associações e institutos como IHGB, M. Paulo Filho, ligado a Anísio Teixeira e diretor do Correio da Manhã, Octavio Tarquínio professor de direito com intensa atividade editorial, Roberto Seidl e Santiago Dantas também ligado a Ação Integralista, além de professor. Assina também, na crítica de livros, Alceu Amoroso Lima.

Esta miscelânea que caracteriza a composição do IEB corrobora com a ideia

<sup>22</sup> Durante o período de funcionamento do IEB todos estiveram reunidos no funcionamento da Imobiliária REX.

<sup>23</sup> Embora não tenhamos acesso aos documentos correntes do IEB, a função dos Delegados Regionais esteve ligada não só a indicações de intelectuais especialistas, mas cumpriu função de referência ao empreendimento de criação de um espaço de debate entre intelectualidade carioca e brasileira, apesar da pouca participação nos debates.

de variados pontos de vista e nos impõe um desafio em compreender a atuação de um conjunto tão diverso de intelectuais em um período de acirrada disputa política especialmente entre os anos de 1937 a 1945. O IEB se colocou como uma iniciativa diferente das demais, e legítima, por trazer o debate de posições antagônicas como o produto de sua atuação e com isto buscou figurar como um roteiro de sugestões técnicas e políticas para a solução de problemas da nação. Com isto objetivou adentrar no meio intelectual tomando de empréstimo uma dinâmica de organização já estabelecida entre os intelectuais da época os convidando e os incorporando como seus pares em meio a uma elite cultural e em meio a especialistas.

A composição de conferencistas apresenta nomes como Roquette Pinto, Levi Carneiro, Pedro Calmon, Jonathas Serrano, Francisco Venâncio Filho, Affonso de A. Taunay, Gustavo Barroso, entre outros:

Preito de Saudade	Conferência
Aplicação do princípio domiciliar para reger a capacidade dos estrangeiros no Brasil	Philadelpho de Azevedo
Os problemas do jornalismo no Brasil	Austregesilo de Athayde
Atualidade da cartografia brasileira	Christovam Leite Castro
Cinema educativo	Roquette Pinto
Assistência social no combate à lepra no Brasil	D. Eunice Weaver
O problema dos trabalhos manuais na educação	Francisco Venancio Filho
O problema do livro nacional	Levi Carneiro
Teses – Considerações pedagógicas	Edgard Sussekind de Mendonça
A nacionalização da indústria de sal no Brasil e a regularização do seu comercio	Dioclecio D. Duarte

**Quadro 2:** Conferencias mais visitadas pelos mais atuantes dentro do IEB

Castro Barreto	“A criança é o melhor imigrante”, “Trabalho precoce de menores”
Francisco Marques dos Santos	“Ourivesaria no Brasil antigo”, “A sociedade Fluminense em 1852”
Felipe dos Santos Reis	“Engenharia econômica aplicada à movimentação das riquezas brasileiras”, “As verdades científicas e morais, como estruturas de estabilidade, para a construção da ordem mundial”



Firmo Dutra	“O histórico da borracha e seus problemas”, “Relatório de uma viagem a Mato Grosso, para atualizar o problema da borracha naquele estado”
Francisco Venancio Filho	“A função educadora dos museus”, “O problema dos trabalhos manuais na educação”
José Marianno Filho	“Pseudo Estylo Barroco-Jesuítico e suas relações com a Architectura Tradicional Brasileira”, “Considerações acerca dos templos de Nossa Senhora do Rosário e São Francisco de Assis em Ouro Preto”
José de Almeida Santos	“Introdução ao mobiliário artístico brasileiro”, “Lustre”
Edgard Teixeira Leite	“Salário mínimo – Aspectos do problema na vida rural, principalmente no Nordeste”, “Vazios demográficos e ocupação econômica”
Pedro Calmon	“O Ensino de História do Brasil e as Realidades Nacionais”, “Elogio Acadêmico dos Jesuítas”
Alceu Amoroso Lima	“A Igreja e o Salário Mínimo”, “A companhia de Jesus e o Brasil”

**Quadro 3:** Conferencistas que mais circularam e que mais atraíram debate dentro do IEB.

Os quadros de composição, assim como as ligações estabelecidas entre conferencistas e debatedores demonstraram que alguns dos sujeitos que circularam dentro do IEB o fizeram no sentido de mediar o debate, seja no estabelecimento dos conferencistas e seus debatedores e com isto o agendamento do debate. Lembremos que o IEB se propõe ao debate e é na participação que os sujeitos se colocaram. Nestes debates, a existência de constrangimentos e conflitos que se estabelecem ao longo da existência do IEB, tomemos como exemplo a conferência realizada por Levi Carneiro sobre *O problema do livro nacional* que discorre acerca da constatação de que no Brasil há uma crise do livro causada pela educação livresca. Na ocasião, o debate, que conta com a presença de Lourenço Filho, Afrânio Peixoto, o livreiro José Leite e o editor Paulo Azevedo, foi dominado pelo contraponto entre Lourenço Filho e Levi Carneiro sobre a existência ou não de uma crise do livro; sobre a escola ativa que aprofunda esta crise do livro, na opinião de Levi Carneiro; e sobre os problemas de ordem da leitura, da produção, distribuição e edição e sua estrutura em bibliotecas. Reafirmada a assertiva da crise do livro pelos outros membros do debate, Lourenço Filho se vê acuado na acusação de que ocupa um espaço do funcionalismo público de desmedido otimismo.

Em várias conferências, a surpresa dos conferencistas em ter sido convidado, as palavras de reafirmação do novo projeto de alguns homens ilustres, ou ainda, a autoproclamada singularidade da empreitada, estão presentes nos debates ou no início da fala dos conferencistas. Na conferência intitulada *Os problemas do jornalismo no Brasil*, proferida por Austregesilo de Athayde, o debate que segue com a fala de Joaquim de Salles faz referência a cartões entregues por Mattos Pimenta convidando-o para o debate no Instituto: “Quando me foi entregue o amável cartão de Mattos Pimenta, recebi também a cópia de alguns dispositivos de nosso Regulamento Interno, cujo artigo 5º, veta os elogios recíprocos”.<sup>24</sup>

A questão que aqui se apresenta, diz respeito à constituição de um espaço de debate através da mobilização de intelectuais e temas por um grupo que esteve situado na diretoria do IEB e que ao fazer uso de repertórios comuns buscaram encampar o debate político-intelectual através do IEB e em meio à sociabilidade intelectual da época, assim como, empreenderam um projeto de atuação no espaço público brasileiro que almejou constituir-se como um roteiro de sugestões dirigidas ao Estado. Aqui nossa hipótese busca se afirmar ao reconhecer que estes sujeitos elaboraram estratégias para adentrar ao meio intelectual carioca e nacional, seja através dos repertórios intelectuais, seja na mediação do debate, seja na constituição de um espaço como tribuna livre dirigida ao Estado.

O IEB empreenderá um número significativo de debates ao longo de sua existência, e em tais debates os temas de interesse nacional são apresentados e levados à crítica. Os conflitos de opinião, os constrangimentos, os silenciamentos, as composições do debate são elementos que definem a tentativa de ocupar um espaço importante do exercício intelectual. A missão do IEB em compreender o país está ligada ao entendimento e a capacidade destes intelectuais de exercício do pensamento político social e do reconhecimento do estado como vetor de mudanças, mas não apenas isto, foi também o reconhecimento do papel deles como intelectuais em elaborar um conjunto de entendimentos sobre a nação.

Os debates realizados pelo IEB abarcam um conjunto de temas relacionados a educação, ensino secundário, Escola Ativa, mercado editorial, mas também a temas relacionados a estrutura econômica, estradas, salário mínimo, assim como

<sup>24</sup> ATHAYDE, Austregesilo de. *Os problemas do Jornalismo no Brasil*. In: *Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica C. Mendes Junior. 1939, p. 30.

a imigração, infância, patrimônio cultural, ensino de história, jornalismo. Estes temas por sua vez se relacionam a um debate em questão no país. Acerca do jornalismo o debate que se apresenta diz respeito a formação do jornalista, das necessidades de formação de uma escola para jornalistas ou não. O conferencista se responsabiliza por apresentar um diagnóstico e seus problemas, a partir daí algumas noções se apresentam. No caso deste tema, Austregésilo de Athayde apresenta questões relacionada a indústria do jornalismo e a ampliação do mercado editorial e os problemas que isso acarreta no exercício da atividade, culminando com a dicotomia entre o idealismo do jornalista caracterizado pela “força intelectual de alguns homens” e o materialismo da indústria caracterizado pelo custo técnico e pelas vendas de jornais. Perpassa questões de ordem financeira, desde propagandas a vendas e encerra com a possibilidade de formação de cartéis para manutenção dos jornais, a criação de uma associação de jornalistas e a reafirmação da não necessidade de formação acadêmica para o exercício do jornalismo. No debate, o maior contraponto está em relação à discordância na formação acadêmica, onde grande parte dos debatedores acreditam que é importante a existência de um curso para jornalistas, que é uma tendência já reconhecida da especialização do conhecimento. É importante mencionar que o próprio Austregésilo de Athayde fez parte da Associação Brasileira de Imprensa e os Diários Associados.

Outro debate importante de ser mencionado foi realizado por Pedro Calmon acerca do *Ensino de História do Brasil e as Realidades Nacionais*<sup>25</sup> desencadeado pelos problemas relativos ao ensino secundário acerca da mudança curricular em que a Disciplina de História do Brasil foi incorporada a de História da Civilização. A partir deste problema apresenta qual a importância do ensino de História da Pátria e discorre sobre a superação do ensino livresco, mnemônico; sobre a formação de professores de pouca cultura; o problema das teses sociológicas. No debate, que conta com a participação de Gustavo Barroso, Wanderley de Pinho, Severino Sombra, questões como a necessidade de dar a história caráter científico que a sociologia estava conquistando, separar a sociologia da história e crítica as suas teses consideradas fracas, assim como a aproximação de um caráter determinista e total da história, como exemplo e verdade. Todos concordam que a história apresenta caráter patriótico e

<sup>25</sup> CALMON, Pedro. *O Ensino de História do Brasil e as realidades nacionais*. Rio de Janeiro: Gráfica C. Mendes Junior. 1938, p. 37.

ênfata com isto o ensino como lição de conduta, onde explicar as causas e o como, de maneira objetiva e racional, possa fazer o estudante se ligar a História.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cinema, lustre, livro, estradas, criança, ensino. São algumas das palavras mobilizadas que se ligam a questões em disputa entre os anos do Estado Novo, seja em relação à cultura, à educação, à modernização, à imigração. As questões estavam ligados a um debate e o debate estava sendo realizado nas associações, nos jornais, nos periódicos, no ministério, e nas universidades. Alguns homens influentes no setor comercial do Rio de Janeiro, capital federal, criaram o Instituto de Estudos Brasileiros, lançam uma revista e promoveram conferências. Almejaram com isto fazer parte do debate público, e exerceram suas estratégias para tal. A nação como objeto de estudo foi esquadrihada em temas que compunham sua unidade, o sujeito ambivalente, o instituto, foi não só o conjunto do empreendimento do instituto, mas também o conjunto daqueles convidados para os seus debates.

O IEB do Rio de Janeiro configurou sua proposição em aspectos específicos relativos à sua sociabilidade, especialmente em suas estratégias de mediação intelectual pela tentativa de agendamento do debate público como *tribuna livre*. Contribuíram para configurar uma experiência particular, em primeiro lugar por ter se constituído a partir de um registro de sociabilidade que mobilizou diferentes grupos de intelectuais, que apresentavam propostas políticas diferentes e divergentes entre si, em segundo lugar, pela tentativa de transitar em um registro científico que ganha impulso.

O que faz do Instituto de Estudos Brasileiros uma experiência incomum é a sua tentativa de ocupar o espaço público ligando diferentes estratégias de atuação ao propor o debate político-intelectual pela convergência de diferentes pontos de vista.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 39.
- BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Univ. São Francisco: Ed. FGV, 2001.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil*. RBCS, vol. 22, n. 65, 2007.
- EASLEY, David; KLEINBERG, Jon. *Networks, Crowds and Markets: Reasoning about a Highly Connected World*. Cambridge. USA, 2010, p. 358.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *A publicação das Obras Completas de Rui Barbosa: edição e sociabilidades intelectuais (1930 – 1949)*. Tese (titulação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Departamento de Ciências aplicadas à Educação. Defesa: Belo Horizonte, 2012.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Edição e sociabilidades intelectuais: a publicação das obras completas de Rui Barbosa*. Belo Horizonte: EdUFMG/Autêntica, 2015 (no prelo).
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *Educação, ciência e edição: consagração intelectual dos periódicos às coleções*. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 6-15, jan./jun. 2014.
- GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro/Bragança Paulista: FGV/EUSF, 2000.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *Essa Gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979.
- NIEVES, J. L. Costa. *Leitor Amigo*. Rio de Janeiro, Anuário Brasileiro de Literatura, 5-7, 1937.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2010.

SWINDLER, Ann. Culture in action: symbols and strategies. *American Sociological Review*, n. 51, 1989, p. 273.

### Fontes

ATA DE FUNDAÇÃO DOCUMENTOS INFORMAÇÕES. Rio de Janeiro: 4768 – C. Mendes Junior – Rio, 1938.

ESTUDOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: 4768 – C. Mendes Junior – Rio, 1938-1944.